

O que Explica o Declínio da Desigualdade no Brasil?

por Degol Hailu, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo -CIP-CI (IPC-IG) e Sergei Suarez Dillon Soares, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

A profissão da economia há muito debatia se existem escolhas conflituosas (trade-offs) entre crescimento e equidade. Países que seguiram o curso de estratégias de redução da desigualdade têm sido advertidos que o crescimento será afetado e, portanto, que a pobreza aumenta. Os arautos do fim do mundo defendiam uma estratégia focada no crescimento. O seu pressuposto era que a renda dos pobres aumenta em proporção direta ao crescimento econômico. A verdade é mais parecida com isto: economias com distribuição de renda mais eqüitativa são susceptíveis de alcançar maiores taxas de redução da pobreza do que países muito desiguais. Neste One Pager, consideramos que este é o caso no Brasil.

A desigualdade no Brasil, conforme medida pelo coeficiente de Gini, caiu de 0,59 em 2001 para 0,53 em 2007. Ainda se desconhece muito sobre por que a desigualdade caiu, mas dois conjuntos de causas conhecidas se destacam. A primeira consiste na melhoria do ensino. No início e meados da década de 1990, por exemplo, os trabalhadores ganharam um acesso mais igualitário à instrução. Isto por causa da admissão universal ao ensino primário e menores taxas de repetência.

Em conjunto com outras tendências demográficas, tais como uma diminuição no tamanho das famílias e as melhorias nos coeficientes de dependência familiar, o acesso à educação contribuiu para reduzir as desigualdades. Estimamos que o impacto da melhoria do acesso à educação sobre a distribuição de renda primária foi de 0,2 pontos de Gini por ano a partir de 1995.

O segundo conjunto de fatores que diminui as desigualdades são as transferências de renda do estado para famílias e indivíduos. Estas transferências melhoram a distribuição de renda secundária. Por exemplo, um aumento do salário mínimo leva a um aumento de várias transferências, tais como o nível mais baixo do sistema de aposentadorias contributivas, aposentadorias rurais parcialmente contributivas, e substituição não contributiva de renda para aqueles que são incapazes de trabalhar e que vivem em famílias pobres. Ao mesmo tempo, as transferências condicionais de renda, como o Bolsa Família, entregam montantes substanciais diretamente para as famílias mais pobres. Juntas, estas mudanças levam a reduções na desigualdade de outros 0,2 pontos de Gini por ano.

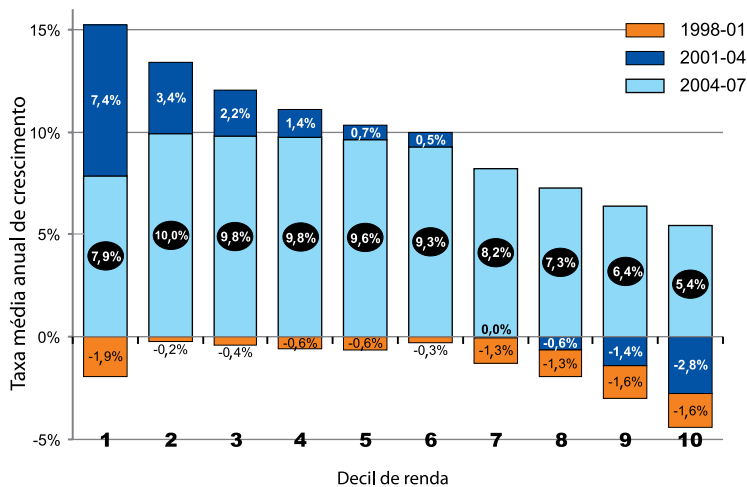
Estas duas bem-documentadas causas da redução das desigualdades explicam cerca de dois terços da queda do coeficiente de Gini, desde 2001 (vide Veras et al., 2006). Para o terço restante os indícios estão pouco claros, mas podemos ver claramente as repercussões de melhor distribuição de renda. Como mostra a figura, a renda dos seis decis mais baixos no Brasil tem aumentado desde 2001, enquanto a renda dos quatro decis mais elevados aumentou apenas desde 2004. Para o período 2001-2007, os seis decis mais baixos, que representam apenas 18 por cento da renda, representaram 40 por cento do crescimento total da renda. Estes números não podem ser explicados unicamente pela política da educação, tendências demográficas ou proteção social.

Os estruturalistas defendem há muito tempo que o subconsumo pode ser enfrentado através de distribuição igualitária de renda. Isto, por sua vez, engatilharia a eficiente utilização da capacidade e incentivaria novos investimentos. Podemos argumentar seguramente que as políticas sociais bem concebidas e orientadas estimulem a procura agregada e o consumo. O mecanismo de transmissão é direto. Um ciclo virtuoso de

aumentos de renda das famílias mais pobres, juntamente com o crescimento dos salários, ampliou o mercado interno. Maior consumo de artigos de mercado de massas, levou à crescente procura de mão-de-obra para essas mesmas famílias, incentivando novos aumentos em seus rendimentos e poder de compra. Por exemplo, o desemprego diminuiu em 22 por cento entre 2004 e 2007.

O Brasil ainda tem um elevado nível de desigualdade e progressos têm se realizado no sentido de baixá-la. É demasiado cedo para dizer com certeza, mas uma razão por que a crise financeira e econômica não atingiu o Brasil tão duramente como outros países pode ser o crescente mercado interno e as mudanças na estrutura da procura criadas na última década. Estas, por sua vez foram estimuladas por este virtuoso padrão de distribuição de renda melhorada.

**Taxa Média de Crescimento Anual na Renda Per capita
Por Decis para três Períodos Entre 1998 e 2007**



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Referência:

Veras, F., S. Soares, M. Medeiros e R. Osório (2006). Cash Transfer Programmes in Brazil: Impacts on Inequality and Poverty. Working Paper No. 21. IPC-IG.